

Relação capital-estado e a preparação da força de trabalho nas escolas estaduais de educação profissional

Ana Paula Monteiro de Carvalho

Fabio Queiroz

José Derivaldo Gomes dos Santos

Como citar:

CARVALHO, Ana Paula Monteiro de; QUEIROZ, Fabio; SANTOS, José Derivaldo Gomes dos. Relação capital-estado e a preparação da força de trabalho nas escolas estaduais de educação profissional. *In*: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Derivaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.).

Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas: vol. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 139-160. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-344-1.p139-160>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 5

RELAÇÃO CAPITAL-ESTADO E A PREPARAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ana Paula Monteiro de Carvalho

Fabio Queiroz

José Deribaldo Gomes dos Santos

RESUMO: O objetivo do texto é apresentar as especificidades de monitoramento dos processos formativos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), no Ceará, que oferecem ensino médio de tempo integral com currículos propedêutico e profissional concomitantes e as demais escolas da mesma rede estadual. O estudo é mediado por dois documentos abrangentes de planejamento governamental: o Plano Plurianual (PPA) e o Programa para Resultados do Banco mundial (PFOR/BIRD). Os referidos documentos contribuíram para ilustrar a estrutura da política de formação profissional, bem como a estrutura de gerenciamento do capital, tornando apreensível a materialidade da relação de subordinação entre o Estado e o Capital.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Estado. Formação humana. Capital.

CAPITAL-STATE RELATIONSHIP AND THE PREPARATION OF THE WORKFORCE IN THE PROFESSIONAL STATE-SCHOOLS

ABSTRACT: The purpose of the text is to present the specificities of the formative processes' monitoring of the State Schools of Professional Education (EEEPs), in Ceará, that offer full-time high school education with preparatory and professional curriculum concomitant as the others state schools from the same network. The study are mediated by two embracing government-planning documents: the Pluriannual Plan (PPA) and the World Bank Results Program (PFOR /IBRD). These documents contributed to illustrate the structure of professional training policy as well as the capital management structure, which became the materiality of the relationship of subordination between the State and Capital apprehensible.

KEYWORDS: Education. State. Human formation. Capital.

RELACIÓN CAPITAL-ESTADO Y LA PREPARACIÓN DE LA FUERZA DE TRABAJO EN LAS ESCUELAS ESTATALES DE EDUCACIÓN PROFESIONAL

RESUMEN: El objetivo del texto es presentar las especificidades de monitoreo de los procesos formativos de las Escuelas Estadales de Educación Profesional (EEEPs), en Ceará, que ofrecen enseñanza media de tiempo completo con currículos propedéutico y profesional concomitante y las demás escuelas de la misma red estadual. El estudio está mediado por dos documentos completos de planificación gubernamental: el Plan Plurianual (PPA) y el Programa para resultados del Banco Mundial (PFOR / BIRD). Estos documentos contribuyeron a ilustrar la estructura de la política de formación profesional, así como la estructura de gestión del capital, haciendo aprehensible la materialidad de la relación de subordinación entre el Estado y el Capital.

PALABRAS CLAVE: Educación. Estado. Formación humana. Capital.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, com as reformas educacionais exigidas pelas agências financiadoras internacionais, consolidam-se nas escolas públicas brasileiras, de forma geral, e nas escolas estaduais cearenses, em particular, diversos mecanismos de controle formativo dos jovens. Desde o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), implantado em 1998, até os atuais modelos de gestão implantados por empresas privadas, na forma de consultorias contratadas pelos gestores estatais, chegamos ao ano de 2008 com a implantação das EEEP (Escolas Estaduais de Educação Profissional),

laboratórios de refinamento do controle da rotina escolar de forma mais abrangente e tecnicamente articulados.

O presente texto apresenta algumas especificidades das escolas profissionais em relação às demais escolas da rede estadual cearense, incluindo a robustez do monitoramento evidenciada na estrutura do planejamento governamental expressa no PPA (Plano Plurianual) e no Acordo de empréstimo PFOR/BIRD (Programa para Resultados do Banco Mundial). Os documentos citados demonstram a relação intrínseca entre Capital-Estado e contribuem para compreensão das dicotomias clássicas do processo educativo brasileiro, com a novidade do embate entre capital x trabalho pelo ingresso adiado ou imediato no mercado de força de trabalho.

CONTRADIÇÕES DO CONTROLE FORMATIVO PROFISSIONALIZANTE

As EEEPs foram criadas com o objetivo de oferecer a formação de ensino médio para a profissionalização e inserção no mercado de trabalho; contudo, a gestão do sistema promoveu um formato de ingresso meritocrático nessas unidades, no qual se estabeleceu a nota do aluno como principal critério de seleção. A proximidade escola-residência, que deveria ser o critério principal, como acontece com as escolas regulares da rede estadual, aparece somente como terceiro critério de desempate¹. O mecanismo de seleção, paradoxalmente, excluiu os segmentos da população que, empiricamente, concentram as necessidades mais imediatas de profissionalização, resultando na apropriação da escola por segmentos sociais médios que não têm o mesmo interesse nas atividades profissionais precárias oferecidas pelas EEEPs, como estética, massoterapia, manutenção automotiva, comércio, logística e outros. Os referidos segmentos médios perceberam que as EEEPs oferecem elementos diferenciadores das demais escolas públicas, a saber: exclusão dos alunos mais pobres por falta de *mérito*, aglutinação do currículo profissional à formação geral, jornada de tempo integral e condições estruturais com melhor aparelhamento civil-arquitetônico. Esses elementos articulados oportunizaram o ingresso no

¹ As portarias de matrícula são publicadas anualmente com poucas modificações. Ver no Diário Oficial do Estado de 21 dez. 2016, p. 77, a Portaria nº 1.435/2016.

ensino superior com baixo custo. A jornada de tempo integral oferece, ainda, uma rede de proteção contra duas grandes ameaças do capital aos jovens: drogas e violência.

Além da seleção meritocrática dos alunos com os melhores resultados, o tratamento diferenciado dado a essas escolas, como laboratórios de primeira geração e professores com dedicação exclusiva, favorece a participação de estudantes em diversos eventos de iniciação científica que, por sua vez, favorecem o ingresso no ensino superior. Esse paradoxo provoca reivindicações sistemáticas dos segmentos mais pobres que não são atendidos por essa escola pública mais valorizada, e lutam pela expansão da Política. Como evidência, temos o Plano Plurianual (PPA), instrumento quadrienal de planejamento da gestão governamental que, por força de lei, precisa ser elaborado, ainda que precariamente, com a participação da sociedade na definição das prioridades. São oficinas em que movimentos sociais, lideranças políticas e empresas apontam algumas demandas. Desde a criação das primeiras ETEPs, as oficinas do PPA participativo (CEARÁ, 2011) registram grande número de pedidos por essas escolas.

O paradoxo também criou uma contradição que atinge o cerne da profissionalização no ensino médio: o Estado, ao criar uma escola considerada pelos intelectuais estatais, como de excelência, desviou-se, segundo observadores externos, dos objetivos iniciais da própria política, ou seja, as ETEPs possibilitaram maior ingresso no ensino superior do que no mercado de trabalho. O relatório de gestão 2008-2014 (CEARÁ, 2014, p.176) apresenta dados interessantes: entre os concludentes do ciclo 2011-2013, 12,9 % foram inseridos no mercado; 29,9% ingressaram no ensino superior; 7,5 % ingressaram no mercado e no ensino superior ao mesmo tempo; restando ainda 50,3% de alunos que não conseguiram ingressar em nenhum desses espaços. A diretriz de retomada da focalização no ingresso dos alunos dessas escolas no mercado de trabalho está expressa na implantação do chamado portal do “Aluno Egresso”, uma ferramenta de controle que cumpre uma das obrigações estabelecidas pelo acordo de empréstimo PFOR/BIRD (IPECE, 2013), que veremos com mais detalhes adiante. Nesse sistema, o aluno insere e atualiza seu currículo, acessa dados sobre vagas de trabalho e “informações do mercado”, e

pode, ainda, disponibilizar seu currículo para as empresas cadastradas. A plataforma digital também oferece relatórios periódicos sobre a relação curso e demanda de força de trabalho por município e a “satisfação das empresas com a mão de obra qualificada”² formada pela escola.

E qual seria a contradição em uma escola profissionalizante focalizar a inserção dos seus alunos no mercado de trabalho? A contradição se revela na medida em que uma rede de escolas públicas atinge objetivos relevantes, como o historicamente negado acesso ao ensino superior, favorecendo a profissionalização em patamar mais elevado. Ainda que muitos dos cursos superiores acessíveis aos egressos das ETECs sejam aligeiradas formações de tecnólogos (SANTOS, 2017), essas escolas são coagidas por credores internacionais a se adequarem a objetivos menos relevantes, como ingresso no mercado de atividades profissionais menos valorizadas. As ETECs teriam, então, conforme os gestores do capital, a função de inserir seus alunos somente em atividades laborais com salários mais baixos para atender à necessidade do capital em diminuir os custos do trabalho?

A interferência externa reforça a dicotomia formação geral x profissionalização e exige, como veremos adiante, o aperfeiçoamento de instrumentos gerenciais para que o ingresso no mercado volte a ser o foco primordial das ETECs, mesmo sabendo que a escola apresenta condições de ir além dessa função. As melhores condições de acesso ao conhecimento oferecidas pelas ETECs são ignoradas pelas agências financiadoras. Ferramentas racionais de controle são criadas para atingir um objetivo irracional: formação para a empregabilidade em uma sociedade restritiva de empregos.

Vejamos mais de perto o controle sistêmico sobre as escolas analisadas. Apesar de representar menos de 20% do total de escolas da rede pública estadual³, as ETECs recebem tratamento diferenciado das demais escolas do estado, chamadas de “regulares”, e apresentam algumas especificidades relevantes em sua relação com o mercado.

² Portal disponível em: (CEARÁ, 2016b).

³ Segundo o Censo Escolar de 2016, temos na rede estadual 115 escolas estaduais de educação profissional e 510 escolas de ensino médio regulares, representando respectivamente 18% e 82%. Quantitativos agregados a partir da base de dados da SEDUC (CEARÁ, 2016a).

Destacamos algumas: para o alinhamento dos profissionais às necessidades empresariais, há cuidadoso processo seletivo do docente e do gestor. O gestor não é eleito pela comunidade escolar, como as demais escolas, sendo selecionado diretamente pelo órgão gestor; os professores, por sua vez, mesmo já concursados, passam por nova seleção onde deverão assimilar os princípios e ferramentas de trabalho estabelecidas pela TESE (Tecnologia sócioeducacional), assumindo compromisso ideológico com o modelo de gestão das EEEPs que vê a escola como empresa. Os sujeitos são condicionados à focalização permanente nos resultados, dificultando ao máximo qualquer conhecimento crítico sobre o antagonismo capital x trabalho, totalmente dissimulado.

A segunda especificidade que destacamos é o monitoramento minucioso realizado por meio de duas estruturas governamentais excessivamente técnicas e impessoais, distanciando os agentes que decidem daqueles que executam a política: a primeira estrutura é o PPA, cujos indicadores são acompanhados e analisados sistematicamente pela SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado), compondo um Programa de Governo específico. A segunda estrutura é o PFOR/BIRD, um acordo de Empréstimo cujas metas são monitoradas pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) e pelo próprio Banco Mundial.

A referida agência financiadora “acompanha” a política de implantação/implementação das EEEPs, condicionando desdobramentos e resultados da Política, que, da sua ótica, deve ser necessariamente o aluno inserido no mercado, ainda que o interesse social imediato de seus usuários não seja esse, e mesmo que esse mercado nem exista concretamente, dado o desemprego estrutural. Esse processo aliena práticas e consciências à medida que impede os sujeitos envolvidos de determinar a finalidade do seu trabalho, obrigando-os a produzir outro objeto (inserção no mercado precarizado de trabalho), à revelia de suas capacidades e necessidades. O gerenciamento macro das EEEPs fecha-se com mecanismos mais eficientes de controle, de forma a recuperar o foco no propósito original da Política, levemente alterada pelo relativo sucesso da inserção no ensino superior. Nesse sentido, podemos demonstrar como o monitoramento das

agências relaciona-se organicamente à estrutura estatal, e seus principais elementos são inseridos no planejamento de governo. Para compreender essa organicidade, é preciso conhecer, primeiramente, como o PPA alcança a escola.

O PLANO PLURIANUAL E A GESTÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

O PPA é uma exigência constitucional desde 1988 (§1º do Artigo 165), e, entre os seus diversos objetivos, destacamos o detalhado controle das ações e recursos públicos em seus três níveis (federal, estadual, municipal). É um instrumento importantíssimo de planejamento, execução e monitoramento, revelador da própria estrutura de funcionamento do Estado como um todo, seu gigantismo, sua complexidade e sua relação direta com o setor privado, incluindo o capital internacional.

O Documento PPA enfatiza a dimensão estratégica (diretrizes, objetivos e metas) e articula os componentes do orçamento público, permitindo a celebração de contratos. Exemplificando: o recurso para a aquisição de uma resma de papel para uso do professor precisou ser licitado, contratado, empenhado e pago. Todos esses procedimentos estão necessariamente vinculados ao orçamento que, por sua vez, está necessariamente vinculado à estrutura do PPA. Essa resma de papel contribuiu para o cumprimento de uma meta. Essas conexões não são meramente burocráticas, elas interligam as atividades funcionais do Estado que, por serem desconhecidas pela maioria da população, ajudam a fetichizar sua relação com a sociedade civil, entificando o referido Estado. Para que a problemática fique mais clara e possa melhor ser compreendida, delimitaremos, mesmo que em grandes linhas, um tema estratégico para que se possa exemplificar sua estrutura.

O PPA do governo estadual cearense, em vigência, referente ao período de 2016-2019 (Lei Nº 15.929/2015), tem no eixo da educação cinco temas estratégicos (CEARÁ, 2015a). Entre eles está o Tema *Educação profissional*. Este, por sua vez, estabelece um resultado de médio prazo que deve ser alcançado no período de vigência do PPA: “Educação profissional

consolidada e articulada com o mercado de trabalho” (CEARÁ, 2015b, p. 129). O referido resultado deve se orientar por dois indicadores: 1º) Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho e 2º) Percentual de estudantes matriculados no ensino médio integrado à educação profissional em relação ao total de matrículas do ensino médio. Estes indicadores definem a forma de cálculo do resultado a partir de uma série histórica de resultados. Como o documento foi elaborado em 2015, o indicador de referência é de 2014: 19% de alunos das EEEPs inseridos no mercado de trabalho. Assim, o alcance do resultado necessita que esse percentual seja superado, embora não especifique o quanto tenha que crescer. Além dos indicadores, são estabelecidas também metas gerais contributivas para alcance do resultado, como a projeção de capacidade de atendimento (matrícula) que precisa ser acrescido. O conjunto estratégico *tema-resultado-indicador* desdobra-se em programas de governo. Em nosso caso, temos o Programa *Ensino Integrado à Educação Profissional* que trata especificamente das EEEPs. O programa executa as chamadas “iniciativas”, que são os serviços educacionais ofertados à sociedade (CEARÁ, 2015b, p. 32). As “iniciativas” são a mediação do PPA com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e constituem a parte financeira-operacional do PPA.

Apresentamos a estrutura geral do PPA. Precisamos agora ver alguns desses elementos mais de perto. Começaremos pelo Resultado Temático e seus indicadores. O primeiro indicador (*Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho*) restringe a função social das EEEPs à inserção no mercado de trabalho, desconsiderando que sua função também é de preparação para o ensino superior, daí a luta pelo currículo articulado. Diferente do resultado temático, o objetivo do programa ficou com o seguinte texto: “atender às necessidades do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior” (CEARÁ, 2015b, p. 131). Podemos ver que o objetivo do programa ultrapassa os limites estabelecidos pelo resultado temático que não contempla o ensino superior. Essa discrepância foi resultante de instâncias diferenciadas de decisão e participação na elaboração do

documento. Entretanto, para as políticas de gestão por resultados, na relação de determinação entre esses elementos (objetivo e resultado), a prioridade está no segundo, e, portanto, o ingresso no ensino superior não aparece como indicador a ser medido, não é prioridade. A brecha criada pelo objetivo do programa é imediatamente neutralizada pela limitação estabelecida pelo resultado. A elaboração participativa, embora sendo usada apenas como artifício de legitimação, sempre oportuniza visualizar algumas contradições. O desconforto com a capacidade das ETEPs em promover o ingresso no ensino superior encontra-se no texto de justificativa do próprio Programa, deixando cada vez mais explícito que o acesso à universidade é considerado um “desvio” da política:

[...] Os dados apontam o aumento da inserção dos alunos egressos das ETEPs no Ensino Superior e uma diminuição no número de alunos inseridos no mercado de trabalho, apontando para a necessidade de uma maior articulação da oferta de educação profissional, oferecida pelo Estado, com o mercado. (CEARÁ, 2015b, p. 130).

Ao longo de toda a análise socioeconômica que respaldou a definição das ações planejadas no PPA, a profissionalização do trabalhador se constituiu como fator de extrema importância, considerada primordial para o desenvolvimento econômico, mas estranhamente desvinculando as ETEPs do acesso ao ensino superior:

No âmbito estadual, a rede formada pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico – Centec, *as Escolas Estaduais de Educação Profissional* e o Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC, aliada à reconhecida contribuição do Sistema “S”, são suportes da política para atacar *um dos principais óbices ao desenvolvimento do Estado, a formação profissional*, e, portanto, para superar o nível de rendimento e grau de formalização do trabalho, situados entre os mais baixos dentre os estados brasileiros. (CEARÁ, 2015a, p. 73, grifos nossos).

Interessante notar que o documento constata as condições salariais do trabalhador cearense como uma das mais baixas do país (R\$ 616,00), ocupando a 24ª posição entre os demais estados (CEARÁ, 2015a, p. 55), ao mesmo tempo, informa a 13ª posição do Ceará no ranking da economia nacional (p. 38). A contradição é ignorada, sem nenhuma reflexão sobre a não correspondência entre condições de trabalho e posição econômica do Estado, escamoteando a brutal expropriação do trabalho expressa no rendimento. Outro fenômeno apontado pelo documento, relacionado muito discretamente às condições precárias de trabalho, é o baixo percentual de pessoas em idade produtiva inseridas no mercado, não por falta de oferta de trabalho, situação que os especialistas buscam entender. O texto é longo, mas vale a pena pela relevância dos dados e a peculiaridade da situação:

No 1º trimestre de 2012, o Ceará possuía 6,74 milhões de habitantes com idade de trabalhar, passando esse total para 7,02 milhões em 2015. Todavia, o Estado registrou o menor avanço, de apenas 0,88% na comparação dos dois períodos, passando de 3,73 milhões de pessoas, em 2012, para 3,76 milhões de pessoas em 2015, *revelando nítida perda de participação no total da força de trabalho nacional*, passando de 3,90% para 3,75%, e na força de trabalho nordestina passando de 15,55% para 14,90%, bem diferente do ocorrido com a participação do Nordeste no país que passou de 25,11% para 25,14% na mesma comparação. Sendo assim, é possível observar que *está ocorrendo um fenômeno bastante interessante no Estado do Ceará, a decisão muito mais intensa de ficar fora do mercado de trabalho na comparação com as demais regiões*. Além disso, o estado do Ceará registrou queda no contingente de ocupados⁴ de 0,84% na comparação dos dois períodos analisados. Enquanto o total de pessoas na força de trabalho aumentou em 33 mil pessoas, o total de pessoas ocupadas caiu em 28 mil pessoas, ambos na mesma comparação. Isso resultou em aumento do desemprego nordestino e nacional. E nítida perda de participação no total de pessoal ocupado no mercado de trabalho. Quanto a evolução da taxa de participação na força de trabalho, que é dado pelo quociente entre a força de trabalho e a população em idade

⁴ Segundo o IBGE (2017), “As pessoas na força de trabalho [...] compreendem as pessoas ocupadas e desocupadas. São classificadas como ocupadas [...] as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado.”

de trabalhar multiplicado por 100, verificou-se que o estado do Ceará apresentou o comportamento mais oscilante nesse indicador, apresentando tendência de queda a partir do 2º trimestre de 2014, finalizando a série com taxa de participação de 53,6% no 2º trimestre de 2015. Isso pode ser um *claro indício de desalento no mercado de trabalho, quando parte da população em idade ativa opta por vontade própria não participar da força de trabalho*. (CEARÁ, 2015a, p.55-56, grifos nosso).

Esses dados expressariam uma forma de resistência silenciosa à exploração? Empiricamente, na sala de aula, é possível observar que, mesmo nos segmentos sociais mais pauperizados, há um adiamento do ingresso no mercado de trabalho. Para confirmar, basta verificar os indicadores econômicos do Ceará:

Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (73,8%), seguidos das atividades da Indústria (22,8%), e da Agropecuária, que participa com, apenas, 3,4%.³⁸. [...] Dentre as atividades que compõe os Serviços, o maior destaque é dado ao Comércio, que registra uma participação no PIB estadual de 16,0%. (CEARÁ, 2015a, p. 38-43).

Diante dos dados, ironicamente, o baixo rendimento do trabalhador cearense é atribuído à baixa profissionalização/capacitação, afirmando apostar no acesso ao conhecimento e na importância da educação em todos os níveis para reverter os números:

É fato consensual que, nas sociedades modernas, o Conhecimento é o fator mais importante na construção do desenvolvimento econômico, tanto por sua contribuição na criação quanto na distribuição da riqueza, gerando inclusão social. Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão vão do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria da prestação de serviços pelo Estado, e ao aprimoramento do exercício da cidadania para a apropriação mais equânime e generalizada dos bens culturais e da riqueza material. Neste sentido, o primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento no Estado já foi dado com a melhoria significativa da qualidade da

Educação Básica. As missões decisivas e desafiadoras que envolvem a construção do conhecimento na sociedade abrangem um amplo espectro que vai do ensino básico à pesquisa científica, à inovação, passando pela cultura, a economia da cultura e pela educação profissional e a qualificação do trabalhador. [...] determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação de sua população, em todos os níveis do conhecimento e na utilização decisiva desse conhecimento no processo de geração de riquezas. (CEARÁ, 2015a, p.72-73).

Resta saber para qual segmento social está dirigido esse conhecimento, já que o ingresso no ensino superior dos alunos das EEEPs é considerado “desvio” da política de profissionalização. Mesmo com indicadores educacionais levemente elevados, os números demonstram os efeitos da expropriação do trabalhador cearense: a escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade alcançou apenas 6,4 anos de estudo em 2013; no mesmo ano, somente 8% das pessoas com 25 anos ou mais conseguiram concluir o ensino superior (CEARÁ, 2015a, p. 54-55). Apesar das declarações expressas no PPA, o acesso ao conhecimento em todos os níveis, em especial, o acesso aos níveis mais elevados de conhecimento (pesquisa científica e inovação) não é para todos. Para as massas, o foco continua na educação básica. Quando se invoca a necessidade de ampliar o ingresso ao ensino superior, este surge de forma reificada, como teoria do capital humano registrada no documento analisado, garantidoras da ampliação do “[...] estoque de profissionais qualificados e adequar o fluxo de trabalhadores às necessidades do mercado” (CEARÁ, 2015a, p. 110). Vê-se bem qual tipo de conhecimento se quer universalizar. A Reificação se expressa já no discurso: formar estoque de pessoas com conhecimento exclusivo para uso do mercado. O mercado como sujeito e o sujeito, o ser humano, como coisa que precisa ser estocada. Aqui surge mais uma contradição importante: a diminuição do mercado de trabalho.

De tão flagrante, tal contradição salta aos olhos, pois o próprio documento reconhece o fechamento de postos de trabalho:

A economia cearense registrou saldo positivo de novos empregos com carteira de trabalho assinada até o ano de 2014, tendo alcançado valor recorde de geração de novos postos de trabalho no ano de 2010 com um total de 87.552 novas vagas. Todavia, a perda de dinamismo observada nos três grandes setores da economia vem contribuindo fortemente para o fechamento de vagas no referido estado [Ceará] quando até julho de 2015 acumulou um saldo negativo de 14.136 (p. 47). [...] O setor de Serviços, que tradicionalmente é considerado o grande motor de geração de novos postos de trabalho na economia cearense, registrou pela primeira vez, queda de 6.181 vagas de trabalho no acumulado do último ano da série. (p. 48) [...] Já no setor da indústria, a indústria de transformação foi a grande responsável pelo fechamento de vagas de trabalho, principalmente as indústrias de calçados, têxtil e de alimentos e bebidas. [...] Outro setor da indústria que também fechou vagas foi a extrativa mineral (-166 vagas). (CEARÁ, 2015a, p. 49).

O paradoxo gerado pela necessidade de formação do estoque de pessoas aptas ao mercado de força de trabalho não seria uma evidência da necessidade prioritária de controle dessa mesma força de trabalho (sem mercado suficiente para vendê-la), muito mais importante nesse momento histórico do capital, do que a qualificação em si mesma? Evidencia-se que a própria concorrência entre os trabalhadores já providenciaria a seleção dos melhores para um mercado em processo acelerado de encolhimento, conforme revela as investigações de Mészáros (2011a, 2011b). O PPA, de certa forma, registra a estrutura racionalizada mediada pelo Estado, enquanto gerente do capital, para gerenciamento dessa contradição, em sua busca de mecanismos formativos facilitadores da dominação social, com atenção para a educação básica.

Nesse ponto da análise, retornamos às “iniciativas”, que são os bens e serviços a serem entregues à sociedade ao longo dos quatro anos de vigência do PPA. Para o programa de governo que delimitamos, temos nove iniciativas, mas nos deteremos em três que não existiam nos

PPAs anteriores e indicam a intensificação do controle sobre as escolas profissionais. São elas:

[1ª] Iniciativa nº 020.1.04 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional; [2ª] Iniciativa nº 020.1.07 - Avaliação de desempenho da rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional; [3ª] Iniciativa nº 020.1.08 - Criação de modelos e de sistemas de acompanhamento, formação e avaliação da rede de educação profissional. (CEARÁ, 2015b, p. 131).

No PPA anterior, período 2012-2015, as iniciativas referentes ao mesmo Programa das EEEPs referiam-se exclusivamente aos insumos necessários ao funcionamento das EEEPs: obras, aquisições, contratação e formação continuada (CEARÁ, 2011, p. 770). No PPA atual temos três iniciativas que se configuram como mecanismos explícitos de controle do trabalho docente, pois incidem de forma direta no fazer pedagógico. A primeira iniciativa chega ao coração das escolas, aos planos curriculares, que deverão ser “adequados às vocações territoriais”, o que significa a manutenção das atividades já existentes, focadas na melhoria da produtividade do que já se faz. Não há estímulo a novas alternativas produtivas, indicando o enquadramento da região na divisão nacional e internacional do trabalho. Para garantir o cumprimento da adequação curricular, surge a segunda iniciativa, que estabelece a avaliação de desempenho das EEEPs, o que aponta para algum tipo de avaliação das competências adquiridas, ação ainda não realizada. Além disso, já comentamos o sistema informatizado de monitoramento dos egressos inseridos no mercado de trabalho, o que remete à terceira iniciativa que trata dos sistemas tecnológicos de controle. A 3ª iniciativa, porém, tem pretensões muito maiores, como esclarece o documento:

A implementação de um modelo de gestão que adota a *contratualização* de resultados é extremamente desafiadora, exigindo do Governo Estadual uma mudança na postura dos gestores públicos e o entendimento de que os compromissos contratados condicionam todo ciclo de planejamento, orçamento e gestão estadual. A administração estadual tem consciência de que o êxito da implementação desse modelo pressupõe a

integração de definições estratégicas; o alinhamento de processos, recursos, programas/produtos com os resultados; e a utilização de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação permanente. (CEARÁ, 2015a, p. 76, grifo nosso).

Podemos observar a abrangência desejada. A *contratualização* em questão refere-se à articulação interna de toda a máquina estatal a serviço do projeto de formação de capital humano, o *estoque* necessário de pessoas para usufruto do capital.

O PROGRAMA PARA RESULTADOS E O MONITORAMENTO DAS EEEPS

Todo o aparato estatal apresentado teria realmente o objetivo de qualificar força de trabalho? É claro que precisamos considerar a necessidade política dos governos em responder às pressões sociais por vagas de emprego. A qualificação é, de fato, uma condicionalidade importante na concorrência entre os trabalhadores. Mas o fenômeno parece indicar muito mais do que isso. Diante de um capital globalizado, com capacidade e necessidade de padronizar massivamente os processos formativos da força de trabalho, em especial, nos países de sua periferia; apresenta-se também a necessidade sistêmica de disciplinamento social, enquanto trabalho preventivo contra explosões sociais potencialmente irreversíveis. Nesse sentido, a exigência e a padronização formativa do trabalhador cearense estão previstos em um acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial, integrado à estrutura do PPA que, como já dissemos, é mais do que um planejamento interno das ações estatais; ele expressa um todo articulado que interliga o mais simples contrato de pequenos serviços até as relações com o capital internacional. Além disso, não se trata de um acordo de empréstimo qualquer, mas de um “Programa para resultados” (PFOR – *Program for results*) que não se preocupa somente com o pagamento dos juros, mas exige o alcance de resultados quantitativos e qualitativos, o que confere ao financiador maior capacidade de controle. Vejamos como se busca a profissionalização universal mediada por esse instrumento:

A Educação Profissional se insere numa visão de política governamental mais ampla que objetiva a formação de capital humano no Estado. É consenso que o patamar de desenvolvimento desejado para a sociedade cearense requer o crescimento da economia estadual apoiado na maior produtividade dos fatores de produção e na agregação de valor aos produtos da economia, para modernização da estrutura produtiva no Estado, resultando na ampliação do seu poder de competição. Foi a partir dessa análise que *o Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo celebrado com o Banco Mundial*, elegeu como um dos componentes o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi produzido o documento ‘Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano’, enfatizando a necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo *a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo. [...] integração e a otimização da rede de educação profissional e tecnológica* de todos os atores que atuam nesse segmento, no Estado do Ceará, tais como Centec, IFCE e demais órgãos públicos e **privados**, bem como de suas ações, de modo a aglutinar esforços para a construção compartilhada de um sistema de qualificação profissional capaz de responder às demandas impostas pela implantação e instalação de projetos de grande porte em estruturação no Estado. (CEARÁ, 2015a, p. 110-111, grifos nossos).

O documento explicita a subordinação do Estado ao Capital e a padronização formativa da massa social, promovendo componentes ideológicos necessários à reprodução do capital por meio da promessa de distribuição de ganhos se a qualificação for alcançada, o que responsabiliza as instituições educacionais pelos resultados da empreitada. A articulação Capital-Estado ilustrada na relação PPA-PFOR revela que alguns indicadores do primeiro documento são replicados no Painel dos Indicadores do segundo. Para a área de capacitação profissional sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), temos os seguintes indicadores de resultado do Acordo (IPECE, 2013):

O primeiro indicador mede o “Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP” (*file transfer protocol*), referindo-se aos sistemas de armazenamento e transferência de dados, batizamos como a Via Ápia da sociedade globalizada; ou seja, o controle das informações é imprescindível para manutenção do poder. O segundo indicador, por sua vez, mede o “Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir com equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso”, garantindo que o mercado participe ativamente dos processos que serão desenvolvidos nas escolas. Em outro painel de indicadores (IPECE, 2013), o Acordo faz referência ao “Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas formativos denominados de TVET” (*technical and vocational skills training*). Além dos indicadores, a gestão do PFOR também faz o monitoramento das iniciativas do PPA que foram financiadas pelo acordo.

No relatório de fevereiro de 2017 (IPECE, 2013), das iniciativas citadas, justamente a de numeração 020.1.04, que prevê a “Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional” está com execução baixa (38%) e o farol de alerta está vermelho, demandando a intervenção dos gestores estaduais para o alcance da meta.

O Acordo também prevê várias assistências técnicas, que são, de fato, *empresas privadas* contratadas para realizar atividades cuja *expertise* (conhecimento), supostamente, não esteja disponível nos quadros funcionais da administração pública. São três Assistências para as ETEPs:

[1^a] Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo. [2^a] Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado. [3^a] Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores. (IPECE, 2013).

Observa-se que o objetivo da primeira Assistência Técnica é criar mecanismos para o mercado realizar diretamente as “certificações de habilidades” dos alunos das EEEPs. O que remete à definição e seleção das escolas aptas pelo próprio mercado, sem mediação avaliativa do Estado, assumindo de forma cada vez mais transparente a relação orgânica Capital-Estado. A segunda Assistência Técnica preconiza a reformulação do desenho das formações docentes e, por fim, a terceira Assistência Técnica arremata o controle sistêmico com uma avaliação de impacto do programa e da formação, controlando o resultado social do programa. Verifica-se que esse tipo de indicador de resultado, que direciona o fazer pedagógico da escola, é muito mais amplo do que resultados superficiais que mediam, por exemplo, apenas o “número de escolas construídas”, nos empréstimos anteriores. Não se trata apenas de fiscalizar o cumprimento dos cronogramas de aquisições ou obras. O “Programa para Resultados” exige medição da aplicação prática dos princípios de capital humano, limitando os espaços escolares de autodeterminação de sua função social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação inicial que apresentamos demonstra por meio da estrutura de dois instrumentos de planejamento governamental, PPA e PFOR, a relação de dominação do Estado pelo Capital, ilustrada pelo alinhamento explícito das escolas profissionais às necessidades do mercado da força de trabalho cada vez mais precário. A universalização do acesso à escola básica na sociabilidade determinada pelo mercado é a preparação para o próprio mercado; mesmo que não haja uma dimensão profissionalizante propriamente dita, pois há o processo de disciplinamento necessário a referida demanda. Nesse sentido, a especificidade dos cursos oferecidos demonstra que o capital exige do seu mediador, o Estado, que o aspirante ao emprego já ingresse com o conhecimento específico, devidamente treinado, diminuindo seus custos de formação. Diante disso, estreita-se o controle sobre a escola. E mais, que adentre ao mercado de trabalho com a docilidade exigida pelos empresários.

O candidato a uma posição no mercado tem sua formação empobrecida por um treinamento específico, capaz apenas de instrumentalizar para atividades laborais precárias, com poucas chances de atender, inclusive, aos princípios do próprio discurso do capital humano, ou seja, não favorece o desenvolvimento das competências gerais necessárias ao ingresso no chamado mundo do trabalho. Contudo, como a EEEP oferece também o currículo propedêutico e condições estruturais de aprendizagem distintas das que se ofertam nas demais escolas secundárias, surge a contradição de maior perspectiva de ingresso no ensino superior. E aqui surge mais uma dicotomia dentro da escola pública: o empobrecimento dos segmentos sociais médios os expulsam das escolas privadas, levando-os a ocuparem os espaços que, a rigor, foram criados para os extratos mais vulneráveis e que necessitam de uma profissionalização imediata. Assim, surge a segregação entre rede de escolas regulares para segmentos mais pauperizados de um lado e, de outro, as EEEPs para os extratos menos pauperizados: a classe média descendente. Os interesses dos segmentos médios pelas escolas profissionalizantes em tempo integral, ironicamente, fortalecem tal tendência que já se torna visível, ou seja, o adiamento do ingresso do estudante no mercado da exploração capitalista. Vale repetir que tal adiamento constitui justamente o contrário do planejado pelos organismos internacionais de gestão do capital. Percebe-se que o discurso da preparação para o emprego no âmbito da educação básica desestimula a escolha entre o ingresso imediato e o adiamento, tentando forçando o ingresso, mesmo para aqueles que têm alguma condição para o adiamento. O sistema de ensino, como vimos, é monitorado para que o aluno assuma imediatamente seu posto na produção, forçando a instituição a secundarizar o aspecto mais relevante do Ensino Médio que é a preparação para a continuidade dos estudos.

A dificuldade para se enfrentar as antinomias, como certifica Marx (2008, p. 270), “consiste somente na formulação geral dessas contradições. Assim que se especificam, explicam-se”. Essa formulação marxiana sobre como se deveria enfrentar as contradições ajuda-nos a compreender que o capital globalizado precisa de diferenciados graus formativos da força de trabalho para garantir sua reprodução; nesse sentido, o Estado, em suas

múltiplas dimensões, é o grande gerente que administra essa oferta para os trabalhadores e seus filhos. Nessa comunicação, delimitamos a educação básica integrada à educação profissional, especificamente a experiência das escolas estaduais de educação profissional que, embora cumpram a dupla função de oferecer currículo propedêutico concomitante ao currículo profissionalizante, não conseguem superar a dualidade entre a educação profissionalizante e a propedêutica e ainda demonstram outra dualidade: a educação profissionalizante com graus diferenciados de instrumentalização para públicos diferenciados de precarização laboral, gerenciando a concorrência entre os trabalhadores. Estudos, a exemplo de (SANTOS, 2017), indicam que o ingresso no ensino superior também é segregado, com pouca inserção nos cursos mais prestigiados socialmente, como Medicina e Direito. Para os egressos do chamado ensino profissionalizante, ao contrário de se ter acesso aos cursos privilegiados, o que se evidencia é a ampla inserção nas graduações tecnológicas e cursos sequenciais, frequentemente na modalidade à distância, ofertados em sua maioria por instituições privadas.

As antinomias de uma rede de escolas criada para profissionalização imediata e os seus embates internos para garantir melhores condições de concorrência dessa mesma força de trabalho revelam alguns fundamentos da sociabilidade historicamente determinada pela exploração do trabalho e nos ajudam a discernir os limites históricos e as possibilidades de atuação da educação, sobretudo aquela chamada de profissional, na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. **Plano Plurianual 2012-2015**. Revisão 2012. v. 5. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://sistemas2.seplag.ce.gov.br/download/ppa-revisado/anexo5.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

CEARÁ. **Plano Plurianual 2016-2019**. Mensagem de Governo. v. 1. Fortaleza, 2015a. Disponível em: <http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/Plano-Plurianual/2016-2019/2015/Volume%20I%20-%20Mensagem%20do%20Governo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CEARÁ. **Plano Plurianual 2016-2019**. Sistema Orçamentário Financeiro. Anexo I - Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas. Fortaleza, 2015b. Disponível em: <http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/Plano-Plurianual/2016-2019/2016/LIVRO%20PPA%202016-2019/Volume%20II%20-%20Anexo%20I%20-%20Demonstrativo%20de%20Temas%20Estrat%C3%A9gicos%20e%20Programas.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação (SEDUC). **Censo Escolar**. 2016a. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/177-avaliacao-educacional/8863-base-de-dados>. Acesso em: 3 jul. 2017.

CEARÁ. **Secretaria da Educação (SEDUC)**. Portal. 2016b. Disponível em: http://www.seduc.ce.gov.br/images/boletim_um_sistema_egresso2906_4.pdf. Acesso em: 19 dez. 2016.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. Portaria Nº 1.435/2016. Estabelece normas para lotação dos professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2017. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, n. 240, p.74-77, 21 dez. 2016.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado. **Relatório de Gestão 2008-2014**. O pensar e o fazer da Educação Profissional no Ceará. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores PNAD**. 2017. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm. Acesso em: 24 mar. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA (Ceará) - IPECE. **Programa para resultados (PFOR)**. 2013. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/pfor/index.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Ana Carvalhaes. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011b.

SANTOS, D. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

